

ESCOLA SEM PARTIDO: IDEOLOGIA E DISCURSO

Lucas Cardoso Toniol
UFSCar, Brasil. E-mail: lucasctoniol@hotmail.com

Sandra Aparecida Riscal
UFSCar, Brasil. E-mail: riscal@uol.com.br

1. Introdução

O presente trabalho é fruto de pesquisa de mestrado concluída em 2022, na qual o Movimento Escola Sem Partido (MESP) constituiu o objeto de estudo. A pesquisa se insere em um contexto de escalada das pautas de viés conservador no contexto político brasileiro, sobretudo a partir da década de 2010 (DALTOÉ; FERREIRA, 2019). Os representantes dessas pautas conservadoras passaram a ganhar cada vez mais apoio e reconhecimento ao denunciar que as escolas brasileiras haviam se corrompido, quanto aos seus valores tradicionais e que teriam sido tomada por uma suposta ideologia, considerada marxista e/ou esquerdista, de modo que os professores estariam atuando como doutrinadores, inculcando essa ideologia em seus alunos, com base em seus próprios interesses (MACEDO, 2017).

Nesse contexto, o MESP consolidou-se como o principal porta-voz no combate à uma suposta doutrinação ideológica, que teria tomado conta das escolas públicas e particulares brasileiras, desde a redemocratização, nos anos 1980 (MESP, 2022). É com base nesse cenário que o MESP foi tomado como objeto de estudo, no sentido de analisar sua construção discursiva e as condições de possibilidade para que seus discursos alcançassem destaque no cenário brasileiro e passassem a operar em regime de verdade (FOUCAULT, 2017).

Outros elementos que fizeram parte do estudo desenvolvido foram: o uso que o MESP faz do conceito de ideologia, ao qualificar o ato de doutrinar como “ideológico” ao mesmo tempo em que não apresenta uma definição clara do que compreende por ideologia; a autodenominação do Escola sem Partido como um “Movimento”, caminhando na contramão do que historicamente defendem os Movimentos Sociais; e a empreitada do MESP em consolidar suas ideias na forma de Projetos de Lei (PLs), buscando atuar diretamente no controle da conduta docente e na cocepção de certos grupos como perigos para a sociedade.

A pesquisa desenvolvida, de caráter documental, buscou analisar os documentos relativos ao MESP, sendo eles: os PLs apresentados até o ano de 2020 nas instâncias federais, estaduais e municipais; as postagens e demais informações disponíveis na *homepage* do Movimento (escolasempartido.org); e, por fim, as notícias relacionadas ao Escola sem Partido publicadas no jornal digital conservador Gazeta do Povo.

2. Desenvolvimento

A primeira etapa da pesquisa foi constituída pela análise, ainda que de forma não exaustiva, da evolução do conservadorismo no Brasil desde os anos 1920 até o presente. As análises evidenciaram que durante o período de 1920 a 1960, as pautas conservadoras tinham como foco o controle administrativo das instituições e a manutenção de privilégios, de modo que a preocupação com uma moralidade específica e com o controle da conduta ocupavam posições periféricas, até, pelo menos, pouco antes do golpe militar, de 1964. A partir de 1990, observou-se uma intensificação da preocupação com a moral e conduta dos sujeitos, para além do anticomunismo da ditadura militar, culminando em uma reedição do conservadorismo brasileiro na forma de um neoconservadorismo, articulado com o fundamentalismo religioso, com o neoliberalismo e a classe média em ascensão, elementos constituintes de uma Aliança Conservadora, tal como denominada por Apple (2003).

Essa descontinuidade do discurso conservador brasileiro fica ainda mais evidente quando se trata da pauta da “ideologia de gênero”, termo cunhado pelos grupos conservadores para se referir aos debates sobre gênero e sexualidade, que estariam corrompendo as crianças e as noções tradicionais de família (MACEDO, 2017). Este é um aspecto novo a se destacar no MESP, em relação ao conservadorismo brasileiro anterior aos anos 1990: uma profunda preocupação em torno do gênero e da sexualidade, da conduta dos indivíduos e dos valores morais associados a esses elementos respaldado, principalmente, na forte relação que o MESP estabeleceu com os fundamentalistas religiosos, a partir da década de 2010, com a finalidade de barrar a ideologia de gênero.

Considerando-se ainda a construção discursiva do MESP, analisou-se a apropriação que o Movimento faz dos termos “ideologia” e de Movimentos Sociais. Historicamente, a ideologia está vinculada ao marxismo no contexto da luta de classes (CHAUÍ, 2012); enquanto os Movimentos Sociais às formas da “população se organizar

e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 3). Ao mesmo tempo em que dedica duras críticas ao marxismo, relacionando-o com a prática doutrinadora, ao combater a ideologia, o MESP conserva a lógica de falsa consciência, mas ignora os elementos de classe estruturantes do pensamento marxista, utilizando a ideologia como uma ameaça a ser combatida, não somente para evitar que mais avanços ocorram, mas para que se retorne a um estado anterior da sociedade. De maneira semelhante, o sequestro conceitual empreendido pelo MESP, em torno dos Movimentos Sociais, consiste em uma prática de deslegitimação, criminalização e ao mesmo tempo distorção, na medida em que o MESP busca retirar da escola os espaços de expressão e de mobilização por pautas e demandas de grupos historicamente marginalizados.

Tanto no sequestro conceitual da ideologia, no campo marxista, quanto na autodenominação do MESP como um Movimentos Social, o que se pôde observar, na construção discursiva do MESP, foi o uso de referências comuns ao campo progressista para defender um projeto de sociedade antagônico, configurando uma confluência perversa, conforme definido por Dagnino (2004). Segundo a autora, esses sequestros conceituais buscam apagar seus sentidos historicamente consolidados, promovendo a desmobilização social. O MESP coloca em jogo uma confluência perversa entre projetos políticos distintos, favorecendo aquele baseado em uma racionalidade despolitizante e antidemocrática.

Finalmente, interessou também problematizar o discurso do MESP a partir dos seus efeitos sobre os sujeitos e suas práticas. A construção do sujeito docente, como o principal responsável pela doutrinação e pela corrupção dos estabelecimentos de ensino no Brasil, observa seu ponto máximo na empreitada do MESP em consolidar suas ideias na forma de Projetos de Lei que, ao mesmo tempo em que posicionam o professor como um inimigo a ser combatido, atuam também no sentido de desqualificar o seu trabalho. Essa prática corresponde a um aspecto fundamental no que se refere aos efeitos do discurso (neo)conservador do MESP, no sentido de construir certos grupos dentro da sociedade como perigos que devem ser combatidos e eliminados, provocando uma defasagem de parte da população em grupos inferiores, constituindo o que Foucault (2010) denominou discurso das raças. A raça é compreendida, neste contexto, não necessariamente no sentido étnico, mas com base na construção de certo grupo como um Outro, um subgrupo, seja por diferenças culturais, de privilégios ou de relações de poder.

Por meio desse corte racial se constrói a justificativa de enfrentamento e extermínio (muitas vezes político) desse Outro.

O Movimento Escola sem Partido se vale de um discurso das raças para consolidar suas ideias e conquistar apoiadores, ao mesmo tempo em que posiciona os professores como os principais representantes de um claro perigo à sociedade e os responsáveis pelos problemas que a educação brasileira enfrenta atualmente. Desta forma, compreende-se que o Escola sem Partido é um representante dos grupos brasileiros que se inserem no debate político pela disputa de um projeto de sociedade antagônico à democracia, em favor da racionalidade neoliberal e neoconservadora, em oposição aos projetos de construção democrática que esboçaram relativo crescimento durante as últimas três décadas.

3. Conclusões

Ainda no presente, o número de adeptos às ideias defendidas pelo MESP é bastante expressivo, assim como os temas da doutrinação e da ideologia de gênero ainda fazem parte do debate político, encontrando representantes nos mais altos cargos políticos do Brasil, bem como apoio em uma significativa parcela da população, que também parece estar disposta a apoiar os caminhos cada vez mais antidemocráticos dos grupos (neo)conservadores brasileiros. Nesse sentido, esta pesquisa aponta para a necessidade de se adotar uma postura de enfrentamento coletivo a esses discursos, trazendo a racionalidade que os estrutura à tona, articulando-se com movimentos sociais e grupos políticos em favor de práticas políticas mais democráticas e que favoreçam o bem comum, resgatando conceitos sequestrados e dando voz ao principal alvo do MESP: o professor.

4. Referências bibliográficas

APPLE, Michael W.. **Educando à direita:** mercados, padrões, deus e desigualdade. São Paulo: Cortez, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 139-164, jan. 2004.

DALTOÉ, Andréia da Silva; FERREIRA, Ceila Maria. Ideologia e filiações de sentido no Escola Sem Partido. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 209-227, jan./abr. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2ª ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio-ago, 2011, p. 333-361.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 507-524, 2017.

MESP. Escola Sem Partido. **Anteprojeto de lei federal e minuta de justificação**. 2022. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/anteprojeto-lei-federal/>>. Acesso em: 23 Set. 2022.